



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



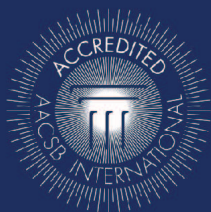
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo

PROJETO DE PESQUISA

Análise do uso do modelo *Global Reporting Initiative* para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em empresas do setor alimentício

Marina Mori Helou

Relatório parcial entregue como requisito do PIBIC / FGV – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – período de 2013/2014, sob a orientação do Prof. Dr. Luciel Henrique de Oliveira.



Análise do uso do modelo *Global Reporting Initiative* para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em empresas do setor alimentício

Marina Mori Helou - mar.helou@hotmail.com

Administração de Empresas

Orientação: Prof. Dr. Luciel Henrique de Oliveira - luciel.oliveira@fgv.br

Departamento de Administração da Produção e de Operações (POI)

Resumo

Este projeto tem o objetivo de verificar se as informações socioambientais divulgadas nos relatórios anuais e relatórios específicos das empresas alimentícias estão em consonância com as diretrizes voluntárias de divulgação socioambiental recomendadas pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Será conduzida uma pesquisa exploratória e qualitativa, usando-se, principalmente, dados secundários, obtidos através dos relatórios de sustentabilidade disponíveis nos sites das empresas selecionadas e das informações disponíveis no site do *Global Reporting Initiative* (GRI) sobre suas diretrizes. Serão utilizadas as diretrizes voluntárias da GRI como escopo para analisar o conteúdo dos relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade, disponibilizados pelas organizações, nos seus *websites* ou nas bolsas de valores em que negociam suas ações. Será feita uma leitura dos relatórios publicados pelas empresas selecionadas assim como uma leitura e estudo do modelo GRI, para compreender quais são suas diretrizes, requisitos e objetivos. A técnica de análise de conteúdo será utilizada para verificação das informações investigadas nos relatórios das empresas selecionadas. Pretende-se contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema de indicadores de sustentabilidade socioambientais, sobre as formas de utilização e aproveitamento destes por parte das empresas do setor de alimentos. O estudo contribuirá para definir parâmetros e padrões de elaboração de relatórios de sustentabilidade das empresas alimentícias e fará uma análise crítica sobre a relevância destes relatórios para as operações e para a competitividade destas empresas.

Palavras-chave – Sustentabilidade; indicadores de sustentabilidade empresarial; responsabilidade social empresarial, empresas de produtos alimentícios.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Objetivos.....	5
1.2. Escopo do trabalho	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1. Desenvolvimento Sustentável.....	7
2.2. Responsabilidade Social Corporativa.....	8
2.3. Relatórios de sustentabilidade.....	10
2.3.1. The Global Reporting Initiative: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade	10
3. METODOLOGIA	13
4. AS EMPRESAS	18
4.1. BRF	19
4.2. Copersucar	21
4.3. JBS.....	22
4.4. Quadro comparativo entre as empresas	24
5. ANÁLISE DE RESULTADOS	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
7. ANEXOS.....	27
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva de alimentos é complexa, iniciando na produção agropecuária, passando pelo beneficiamento, industrialização e distribuição. Na transformação da matéria-prima em alimento industrializado estão os ingredientes, processos, produtos, embalagem e a sua distribuição no varejo. Essas etapas são fundamentais para que o produto final seja comercializado de acordo com as exigências da empresa, do mercado e, principalmente, do consumidor, grande responsável pelas mudanças no setor nos últimos anos.

Com maior acesso à informação e melhor poder aquisitivo, o brasileiro, antes sem muitas novidades e poucas opções, tornou-se mais exigente e menos fiel às marcas. Diante disso, a indústria alimentícia não teve outra saída a não ser investir na criação de produtos que atendessem às preferências dos brasileiros e garantissem sua competitividade de mercado. Soma-se a isto a crescente demanda da sociedade e das empresas pela observação de critérios socioambientais nas cadeias produtivas.

A indústria de alimentos pode ser considerada um dos principais setores da economia brasileira, sendo de grande importância no desenvolvimento do país. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA, 2013), a indústria de alimentos participou, no período de 2002 a 2012, com uma média de 9,4% no PIB total do país. Esse setor industrial é altamente representativo na economia brasileira, exercendo um papel relevante em termos macroeconômicos para as contas externas brasileiras.

A inovação é propulsora no desenvolvimento do setor, devido à competitividade gerada pela globalização, exigências dos clientes e fortes concorrentes internos. Assim, a indústria de alimentos no Brasil, visando tornar-se cada vez mais competitiva, está se reestruturando comercial, produtiva e tecnologicamente. Com sua grande quantidade de matéria-prima agropecuária, o Brasil pode, desenvolvendo tecnologias, tornar-se grande produtor de alimentos com alto valor agregado. Porém a aceitação de seus produtos no mercado externo está cada vez mais condicionada à observação de critérios sociais e ambientais em toda a sua cadeia produtiva, motivo pelo qual torna-se cada vez

mais importante observar fatores de responsabilidade corporativa socioambiental, e evidentemente, a disponibilização de informações claras, seguras e detalhadas em relatórios de sustentabilidade.

Uma vez que atualmente as empresas estão preocupadas com sua imagem, com destaque para questões referentes à responsabilidade social e ambiental, é comum a divulgação anual de um relatório de sustentabilidade ou socioambiental. As diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) geralmente são consideradas como modelo para o relatório de sustentabilidade pela maioria das empresas.

Perguntas de pesquisa

- (1) Como as empresas alimentícias brasileiras divulgam informações socioambientais nos seus relatórios anuais?
- (2) Os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas do setor de alimentos atendem aos requisitos do modelo *Global Reporting Initiative* ou visam apenas criar uma imagem positiva para a empresa?

1.1. Objetivos

Objetivo geral

Verificar se as informações socioambientais divulgadas nos relatórios anuais e relatórios específicos das empresas alimentícias estão em consonância com as diretrizes voluntárias de divulgação socioambiental recomendadas pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

Com este trabalho pretende-se contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema de indicadores de sustentabilidade socioambientais, sobre as formas de utilização e aproveitamento destes por parte das empresas do setor de alimentos. O estudo contribuirá para definir parâmetros e padrões de elaboração de relatórios de sustentabilidade das empresas alimentícias e fará uma análise crítica sobre a relevância destes relatórios para as operações e para a competitividade destas empresas.

Objetivos específicos

- a) Verificar se os objetivos da GRI são utilizados no momento de confecção do relatório e se existe uma busca por atender a esses objetivos, dentre as empresas brasileiras, gerando uma comparação geral entre elas.
- b) Verificar se as empresas utilizaram as diretrizes da GRI de maneira homogênea em seus relatórios de sustentabilidade.
- c) Apresentar as formas de aplicação da responsabilidade ambiental, e classifica-las, no setor de alimentos brasileiro, de acordo com cada empresa.

1.2. Escopo do trabalho

Para embasar a conclusão do trabalho e atingir os objetivos previamente citados, o trabalho contou com um referencial teórico, capítulo que discorre sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, descrevendo brevemente o que é, como surgiu e em qual contexto isso aconteceu. Além disso, trata do crescimento da atenção global com esse aspecto e os impactos que isso causou nas indústrias como, por exemplo, a maior preocupação com a responsabilidade social da empresa, em passar uma imagem de “ambientalmente correta”, principalmente através de relatórios de sustentabilidade.

Neste mesmo capítulo fala-se dos relatórios de sustentabilidade, explicando o que são, como e quando surgiram, quais acordos globais atendem e porque as empresas têm interesse em seguir estes padrões de emissão. Dentro disso, tratou com mais profundidade sobre o GRI, contando sobre sua criação e sobre como ele funciona, ou seja, quais seus objetivos, diretrizes para elaboração e princípios que as empresas devem seguir quando o tornam plataforma para a confecção de seus próprios relatórios.

A segunda parte, denominada “metodologia” apresentará os procedimentos metodológicos do trabalho, detalhando como os dados foram coletados e analisados, assim como a ferramenta

utilizada para isso que, no caso, será uma tabela comparativa e o cálculo de notas ponderadas para as empresas em estudo. Adiante, o capítulo “análise de resultados” apresentará a análise dos relatórios das empresas estudadas, assim como a verificação do cumprimento dos princípios do GRI por parte destas, em quais aspectos são coincidentes e em quais aspectos destoam. Será feita uma análise geral, não se preocupando com o desempenho de cada empresa especificamente, mas sim no quadro geral que elas apresentam, considerando ainda a observação às normas estipuladas pela organização GRI em seu documento oficial. Por fim, o capítulo “considerações finais” apresentará os últimos comentários a serem feitos a respeito do projeto, quais foram as maiores dificuldades, quais foram as descobertas e a conclusão final da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Desenvolvimento Sustentável

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como RIO-92, por ter sido realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, foi apropriado o conceito de desenvolvimento sustentável. Nessa mesma ocasião foi aprovada a Agenda 21, documento que estabeleceu um pacto global para o aprimoramento dos processos necessários ao desenvolvimento da humanidade. Com isso, a ideia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem caminhar juntos veio à tona e alcançar esse objetivo tornou-se uma meta da humanidade. Isso pôde ser conferido em 2000, quando Chefes de Estado de 189 países aprovaram a declaração dos objetivos do milênio. Esta declaração foi traduzida em um roteiro que estabelece metas a serem alcançadas até 2015 (ONU, 2013). Os objetivos do milênio estão elencados a seguir, de acordo com Silva (2012):

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;

4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV / AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Ou seja, isso mostra que garantir a sustentabilidade ambiental é uma meta da humanidade que foi ganhando força em muito pouco tempo e, hoje em dia, tem tanto peso quanto outras questões consideradas muito sérias há anos, como erradicar a pobreza e a fome.

Com esse cenário, as empresas se viram cada vez mais induzidas a mudarem sua postura e se adequarem a esse novo modelo de sociedade que vinha surgindo. Não somente pela consciência própria de que o meio ambiente deve ser preservado para que as gerações futuras possam usufruir de condições de vida aceitáveis, mas também pela pressão que os consumidores, mídia e até o governo começou a exercer sobre essas empresas. É nesse contexto que surgem os relatórios de sustentabilidade.

2.2.Responsabilidade Social Corporativa

Carroll (1979, p. 500) define responsabilidade social corporativa como sendo “a responsabilidade social dos negócios que inclui as expectativas da sociedade quanto aos enfoques econômico, legal, ético e discricionário”.

Freeman (1984) foi o pioneiro a divulgar os estudos sobre a teoria dos *stakeholders*, ou partes interessadas nas organizações, que tratam dos grupos de pessoas ou entidades que são direta ou indiretamente afetados pelas decisões tomadas no âmbito empresarial.

As ações de responsabilidade social com base na teoria dos *stakeholders* se justificam, uma vez que “a ideia básica da responsabilidade social corporativa é que as organizações empresariais e a sociedade são entidades interligadas e não distintas. Assim, a sociedade tem certas expectativas em relação ao comportamento e resultados das atividades empresariais”. (WOOD, 1991, p. 695).

Embora a produção acadêmica sobre o tema tenha aumentado, a responsabilidade social corporativa também tem sido alvo de muitas críticas e um dos aspectos mais enfatizados a respeito é a responsabilidade que as organizações têm perante todos os seus públicos, ainda que com diferentes níveis de prioridades.

Para Hopkins (2007) grande parte das críticas à responsabilidade social corporativa diz respeito aos problemas com vários conceitos e definições sobre o mesmo conceito. Alguns definem a responsabilidade social corporativa como um sistema com foco em *stakeholders* internos e externos, enquanto outros, como um conjunto de ações puramente voluntárias. Esta confusão é composta por uma diversidade de terminologias na área de administração, como sustentabilidade corporativa, cidadania corporativa, responsabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, reputação, ética e sustentabilidade, entre outros. Sem uma linguagem comum, não será possível um diálogo entre as companhias que pretendem ser interpretadas de modo consistente.

Diversos pesquisadores têm se dedicado a investigar a inclusão da responsabilidade social no ambiente de negócios sobre as mais diversas perspectivas. Os estudos que buscaram sistematizar a literatura apresentam uma classificação diversificada da produção acadêmica, mas todos têm em comum a grande atenção que o tema vem recebendo, destacado, por exemplo, nos trabalhos de: Garriga e Melé (2004); Secchi (2007); Carrol (2008); Visser e Tolhurst (2010) e Carrol e Shabana (2010).

Devido à diversidade de definições de responsabilidade social corporativa, além das múltiplas interpretações que têm sido publicadas nas últimas décadas, vários autores têm se dedicado a sistematizar tais definições, como também propor novas formas de apresentação de um constructo para o desenvolvimento de pesquisas sobre este relevante tema. Belal e Momin (2009) enfatizaram a escassez de estudos sobre a divulgação de relatórios socioambientais no âmbito da América Latina em bases de dados internacionais

2.3.Relatórios de sustentabilidade

Os Relatórios de Sustentabilidades são atualmente ferramentas usadas pelas organizações para comunicar como está seu desempenho social, ambiental e econômico, assim como apresentar seus avanços e realizações ligados à preservação do meio ambiente. A utilização destes relatórios se dá tanto para fins internos, aprimorando a gestão de suas operações, como para fins externos, comunicando aos clientes, que exercem cada vez mais pressão por companhias mais preocupadas com a preservação ambiental, como ela está lidando e se portanto frente a essas questões de interesse global.

Contudo, observa-se que a emissão desses documentos não é feita apenas com as intenções citadas acima, de monitorar o desempenho da organização, mas também, com um viés de marketing favorável a acreditação da empresa como socialmente e ambientalmente responsável. É por isso que se observa uma grande discrepância entre os relatórios emitidos por estas e os padrões estabelecidos por alguns órgãos internacionais.

2.3.1. The Global Reporting Initiative: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

A GRI (*Global Reporting Initiative*) é uma Organização Não Governamental, fundada em 1997 pela CERES e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), que atualmente fica sediada em Amsterdã. A GRI promove a elaboração de relatórios de sustentabilidade, definindo diretrizes, objetivos e princípios para as organizações que almejam confeccionar este tipo de documento, com o intuito de elevar a qualidade destes a um nível equivalente ao dos relatórios financeiros. O modelo de relatório da *Global Reporting Initiative* (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido.

Iniciativas internacionais que reúnem diferentes entidades têm divulgado a padronização de indicadores socioambientais sobre a variável física e ou financeira das companhias. A GRI começou a ser desenvolvida em 1997, nos Estados Unidos, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das

informações socioambientais disponíveis e o risco do desempenho das companhias, tem se posicionado como um padrão internacional para desenvolvimento de enfoques consistentes para publicação do desempenho socioambiental das empresas via relatórios. A padronização e a disseminação das diretrizes GRI ocorrem de forma voluntária.

O relatório elaborado conforme as diretrizes GRI aborda os três elementos inter-relacionados que se aplicam a uma organização, os aspectos social, ambiental e econômico das suas operações. Além disso, os indicadores propostos podem ser utilizados por qualquer instituição, bastando haver o interesse em divulgar tais informações em consonância com as diretrizes recomendadas.

O modelo GRI pode ser adotado por todos os tipos de organizações, no entanto, em 2011, foi lançada a edição do documento em português que auxilia as empresas do setor de alimentos a prepararem seus relatórios de acordo com as diretrizes do modelo. O documento aborda as exclusividades do setor, no que diz respeito às questões de sustentabilidade enfrentadas por esse tipo de indústria. Em uma matéria publicada pelo site Planeta Sustentável (2011), verifica-se que “entre os principais pontos que devem ser verificados pelas empresas estão: a disponibilização de alimentos seguros, saudáveis e com preço acessível, o impacto das mudanças climáticas e riscos apresentados ao setor, a vulnerabilidade e capacidade de pequenos produtores nas cadeias de suprimentos de alimentos e o uso de embalagens e o impacto a elas associado no meio ambiente e na saúde”.

Ao analisar os relatórios de empresas do setor de alimentos, tanto das que atuam somente no Brasil quanto das que atuam em escala internacional, será possível compara-los com o que foi proposto pelo GRI e observar se existe uma preocupação por parte dessas organizações em atenderem aos requisitos do órgão, ou se essa é uma prática elaborada para fins de marketing e comerciais no lugar dos fins de cuidado com o meio ambiente e qualidade de vida da sociedade.

Como o GRI têm a intenção de “fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações” para que essas possam medir

seu desempenhos e impactos econômicos, social e ambientais de maneira padronizada e transparente, existem muitos requisitos alegados como fundamentais para a empresa que deseja confeccionar esses relatórios com qualidade. Sendo assim, é possível que muitas publicações sejam feitas com o intuito de criar e manter uma imagem positiva, do ponto de vista da sustentabilidade e responsabilidade social, para essas empresas, do que com o intuito fornecer as informações necessárias e suficientes para criar um contexto de transparência e responsabilidade por parte das organizações. Isso será analisado comparando as normas do GRI com os relatórios de fato apresentados pelas empresas, além de tornar possível a comparação do desempenho das empresas que atuam no Brasil com as empresas multinacionais no quesito fornecimento e preocupação com informações relevantes para prática e controle de processos menos degradantes ao meio ambiente.

A versão G3 das diretrizes GRI incluiu dez princípios para elaboração do relatório de sustentabilidade. Segregados em dois grupos, os princípios que definem o conteúdo do relatório, têm como objetivo auxiliar na priorização dos temas selecionados, ou seja, eles vão ajudar a organização a definir quais informações que deverão ser enfatizadas no seu relatório de sustentabilidade. O segundo grupo representa os princípios que asseguram a qualidade do relatório, que vão ajudar a garantir a qualidade das informações relatadas. A qualidade das informações possibilita que os *stakeholders* realizem avaliações de desempenho consistentes, justas e tomem decisões adequadas. (GRI, 2011).

Quanto ao conteúdo do relatório, este deve conter indicadores de desempenho que exponham as informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação. Assim, os indicadores de desempenho “são informações qualitativas ou quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo”. (GRI, 2011, p. 40).

3. METODOLOGIA

Seguindo e adaptando os procedimentos utilizados por Camargos (2012), Calixto (2012) e Mejri e Wolf (2012), será conduzida uma pesquisa exploratória e qualitativa, usando-se, principalmente, dados secundários, obtidos através dos relatórios de sustentabilidade disponíveis nos sites das empresas selecionadas e das informações disponíveis no site do *Global Reporting Initiative* (GRI) sobre suas diretrizes.

Foi feita uma leitura dos relatórios publicados pelas empresas selecionadas assim como uma leitura e estudo do modelo GRI, para compreender quais são suas diretrizes, requisitos e objetivos, dando uma atenção especial à sessão do GRI que é dedicada a empresas do setor de alimentos, lançada recentemente (GRI, 2011). Com isso, foi possível avaliar se as empresas em pauta estão coerentes com o que o modelo internacional estipula e descreve como sendo ideal e aceitável para publicação.

Neste estudo foram avaliadas somente empresas do setor de alimentos, sendo elas a **BRFoods**, a **JBS** e a **Copersucar**. Foram escolhidas apenas empresas brasileiras podendo elas, ou não, atuarem na esfera internacional. Foram utilizadas as diretrizes voluntárias da GRI como escopo para analisar o conteúdo dos relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade, disponibilizados pelas organizações, nos seus *websites*.

Para análise dos relatórios de sustentabilidade, de acordo com metodologia de Camargos (2012), serão considerados:

- (A) ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS GRI: Contexto da Sustentabilidade, Equilíbrio, Comparabilidade e Clareza.
- (B) NÚMERO DE INDICADORES DE CADA DIMENSÃO UTILIZADOS POR EMPRESA: Indicadores Econômicos, Indicadores Ambientais, Indicadores Sociais e Indicadores específicos do Setor Alimentício.
- (c) Nível de utilização dos indicadores GRI.

Por meio da comparação entre o número de indicadores GRI utilizados em cada relatório, será verificado se existe uniformidade na maneira que as diretrizes GRI foram utilizadas pelas empresas e, qualitativamente, o quanto cada empresa apresenta-se de acordo com as normativas.

A técnica de análise de conteúdo será utilizada para verificação das informações investigadas nos relatórios das empresas selecionadas. Para Bardin (2004), a condução da análise de conteúdo compreende três etapas fundamentais: (1) pré-análise; (2) exploração do material e definição dos procedimentos a serem seguidos; e (3) tratamento dos dados e interpretações.

Na **pré-análise**, foram acessados os *websites* das companhias, examinados com o propósito de identificação do *link* relacionado com as questões socioambientais das suas atividades. Na sequência, os relatórios anuais e relatórios específicos disponíveis de cada companhia foram baixados e organizados para codificação e posterior análise.

A **exploração do material** consiste na análise sistemática dos relatórios, com o propósito de identificar ou não as categorias pré-estabelecidas (sem controle da frequência da aparição dos elementos investigados), para posteriores interpretações dos achados. Bardin (2004) observa que esta fase consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

O **tratamento dos resultados** refere-se à interpretação dos dados. Nesta etapa as categorias são identificadas e interpretadas a partir do documento objeto da análise ou em certo conhecimento geral da área do conhecimento ou da atividade no qual se insere.

A análise de conteúdo pode envolver duas abordagens: quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa, são observadas a frequência da aparição dos temas em foco, categorizados como presentes (1) ou ausentes (0) e com essa combinação binária, são relacionados com indicadores econômico-financeiros das organizações, entre outros. A abordagem qualitativa é caracterizada por ser fundada na presença do índice ou da categoria (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da aparição, em cada comunicação individual, conforme Bardin (2004).

Para análise do enquadramento dos relatórios emitidos pelas empresas no padrão do GRI, visando a consecução dos objetivos acima citados, foi elaborada uma tabela. Nessa tabela foram listadas as exigências do GRI específicas para as empresas do setor de alimentos e foram consideradas apenas as categorias “essenciais” e “específicas ao setor”, ou seja, excluindo as “complementares”.

Deste modo foi analisado se a diretriz encontrava-se presente, ou não, no relatório anual de sustentabilidade das empresas em estudo, assim como sua localização neste. Considerando a presença e a adequação do conteúdo emitido no relatório da empresa, comparativamente ao exigido pelo GRI, atribuiu-se uma nota a cada empresa, calculada como sendo a média ponderada de cada grupo de indicadores. Essa análise, assim como a atribuição da nota, não questiona a veracidade das informações publicadas pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade.

Abaixo encontra-se uma figura para exemplificar o procedimento feito para calcular a nota. Nesse processo foi feita a seguinte conta para gerar a nota: o número de aspectos em um indicador, dividido por 10 e, então, multiplicado pela quantidade de aspectos que foram constatados no relatório da empresa. Nesse caso, o Indicador de desempenho econômico tinha 7 aspectos, e 6 deles foram encontrados no relatório da BRF. A conta feita foi a seguinte:

$$\frac{10}{7} = 1,43 \rightarrow 1,43 \times 6 = \mathbf{8,57}$$

Indicadores de desempenho econômico	Nota:	8,6
Aspecto: desempenho econômico		
1 - Valor econômico direto gerado e distribuído (receitas, remuneração de empregados, lucro acumulados, dividendos e outros)	X (1)	Pág. 35/37
2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido mudanças climáticas		
3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	X (2)	Pág. 50
4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo - comentário adicional para descrever impacto do apoio governamental no setor	X (3)	Pág. 40
Aspecto: presença no mercado		
5 - Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	X (4)	Pág. 58
6 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência na comunidade local em unidades operacionais importantes.	X (5)	Pág. 48
Aspecto: impactos econômicos indiretos		
7 - Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.	X (6)	Pág. 65

Figure 1 - Exemplo de cálculo da nota do indicador da empresa.

Fonte: Elaborada pela autora.

As notas foram arredondadas para serem valores com apenas uma casa decimal. Esse procedimento foi o mesmo feito para todos os indicadores. Para determinar a nota final das empresas, foi feita uma média aritmética com a nota de cada um dos três indicadores, ou seja, se a BRF teve nota 8,6 no primeiro indicador, 8,6 no segundo e 9,2 no terceiro, sua nota final foi:

$$\frac{8,6 \times 8,6 \times 8,9}{3} = 8,7$$

Não obstante a comparação basear-se na presença dos pontos na referida tabela, trata-se de uma análise qualitativa, já que não discorre sobre a frequência de aparição de cada diretriz esperada pelo GRI nos relatórios anuais.

Protocolo de pesquisa

As diretrizes da GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade, a revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, juntamente com a leitura inicial dos materiais foram utilizadas para a criação das categorias para análise dos relatórios selecionados nesta pesquisa. O ponto de partida da investigação será o protocolo de pesquisa desenvolvido por Calixto (2012), que será posteriormente complementado, de acordo com as descobertas características das organizações

analisadas, e também a partir das contribuições dos estudos de Camargos (2012) e Mejri e Wolf (2012).

Calixto (2012) apresenta de forma sintética, as categorias utilizadas, os quais englobam grandes subgrupos de informações e totalizam 232 itens, sobre os quais, a análise de conteúdo foi conduzida. Para elencar os itens presentes nos relatórios das organizações, foi desenvolvido um protocolo, e uma unidade de análise. A unidade de análise utilizada por Calixto (2012) foi a sentença, que deve ter em seu contexto relação direta com o item pré-definido entre as categorias apresentadas no Quadro 1, seguindo o escopo do modelo apresentado pela GRI, que disponibiliza no seu *website* o manual completo para utilização das diretrizes por ela recomendadas (GRI, 2011).

Quadro 1: Categorias selecionadas para condução da análise de conteúdo

DIÁLOGO COM STAKEHOLDERS
Abordagens para o engajamento de <i>stakeholders</i> , Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> ; Políticas e comunicação; Principais temas e preocupações dos <i>stakeholders</i> ; Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
GOVERNANÇA CORPORATIVA
Código de conduta; Conflitos de interesse; Estrutura de governança da organização / conselho de administração; Funcionários; Mecanismos de comunicação com empregados e acionistas; Número e membros do órgão de governança; Políticas anticorrupção; Políticas de funcionamento; Procedimentos para auto avaliação do desempenho; Procedimentos, supervisão, comitê de auditoria; Remuneração e desempenho.
DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE
DESEMPENHO AMBIENTAL
Normas Internacionais e Certificação, Inovação Tecnológica, Indicadores de desempenho ambiental.
Aspectos: materiais; água; biodiversidade; conformidade; emissões, efluentes e resíduos; energia; produtos e serviços; transporte; Gastos ambientais; legislação ambiental; Leis e regulamentos; informações e gestão.
DESEMPENHO ECONÔMICO
Indicadores de desempenho econômico
Informações sobre a forma de gestão.
Aspecto - Riscos econômicos
DESEMPENHO SOCIAL
Direitos humanos
Aspectos: direitos indígenas; não discriminação; práticas de investimento e de processo de compra; Práticas de segurança; trabalho forçado ou análogo ao escravo; Trabalho infantil.
Práticas trabalhistas e trabalho decente
Normas internacionais

Aspectos: diversidade e igualdade de oportunidades; emprego; relações entre trabalhadores e governança; saúde e segurança, treinamento e educação.
Responsabilidade pelo produto
Aspectos: <i>compliance</i> ; comunicação e marketing; conformidade; rotulagem de produtos e serviços; saúde e segurança do cliente
Informações sobre a forma de gestão
Sociedade
Aspectos: comunidade; investimentos em projetos sociais e ambientais junto a comunidades; concorrência Desleal; conformidade; corrupção; políticas públicas.
Informações sobre a forma de gestão

Fonte: Calixto (2012), adaptado dos indicadores GRI, na análise do referencial teórico e na verificação preliminar dos relatórios das organizações.

4. AS EMPRESAS

O escopo do trabalho restringe-se à empresas brasileiras pois pretende-se examinar a adequação do mercado nacional de alimentos ao padrão proposto pela ONG *Global Reporting Initiative* de relatórios corporativos de sustentabilidade. Ao delimitar o campo de pesquisa às empresas nacionais (mesmo que essas atuem também no mercado internacional), torna-se mais claro objetivo do projeto de averiguar a atuação das empresas brasileiras em relação à essa prática de emitir relatórios nivelados ao padrão internacional proposto.

Foi feita uma busca por relatórios de sustentabilidade atuais (isso significa relatórios do ano de 2012) em várias empresas brasileiras do setor de alimentos, podendo estas terem seu *core business* em qualquer ramo de alimento, restringindo-se à um produto ou não. A busca foi feita toda via *internet*, pois as empresas costumam publicar seus relatórios em seus *sites*, como forma de manter a *accountability* frente às partes interessadas. Contudo, muitas empresas não emitiram relatórios de sustentabilidade, outras emitiam este associado ao relatório da administração e outras, na data da pesquisa, não tinham publicado algum relatório recente. Nestes casos, estas empresas foram descartadas, pois não tinham material suficiente e de qualidade disponíveis para a realização da pesquisa. Três empresas forneciam relatórios públicos que puderam ser usados nesse projeto, e estão listadas abaixo.

4.1. BRF

Antiga Brasil Foods S.A., a BRF é um conglomerado brasileiro do ramo de produção de alimentos, e que atualmente é classificada como uma das 10 maiores empresas de alimentos do mundo¹, atuando tanto em mercado nacional quanto internacional. A BRF surgiu em 2009 fruto da associação entre Sadia e Perdigão, marcas brasileiras tradicionais no ramo de frigorífico, com mais de 70 anos de atuação nesse mercado. Em 2013, mudou seu nome de Brasil Foods para BRF, criando uma nova identidade visual e logo marca.

Dona de mais de 40 marcas de alimentos, entre elas Sadia, Perdigão, Qualy e Batavo, a BRF conta com um portfólio de 3.300 produtos no total, muitos dos quais são exportados para os mais de 120 países que a empresa tem presença, tanto por meio da exportação de mercadorias quanto por fábricas instaladas e escritórios. A Sadia já era exportadora de alimentos a mais de 50 anos, fato que contribuiu para a BRF se consolidar ainda mais no mercado internacional. A principal região para qual a empresa exporta é o Oriente Médio. A proporção das exportações por região é mostrada na Figura 2.



Figura 2 - Exportações BRF por região

Fonte: Informações retiradas do relatório de sustentabilidade da BRF (ano de 2012), pág. 32

¹ Segundo arquivo da revista It, “As 100 maiores empresas de alimentos do mundo”, publicado em março de 2012.

No ano de 2012 a empresa atingiu 5.8 mil toneladas de vendas em carnes e processados, valor que vem aumentando a cada ano (como pode ser visto na Figura 3 abaixo), assim como seu faturamento líquido, que girou em torno de R\$ 28.517 milhões nesse mesmo ano. A BRF conta com 113.560 empregados no ano de 2012 (vide Figura 4), número que decresceu nesse ano, em parte por conta do cenário de recessão internacional, uma vez que a empresa tem forte atuação em mercados fora do Brasil².

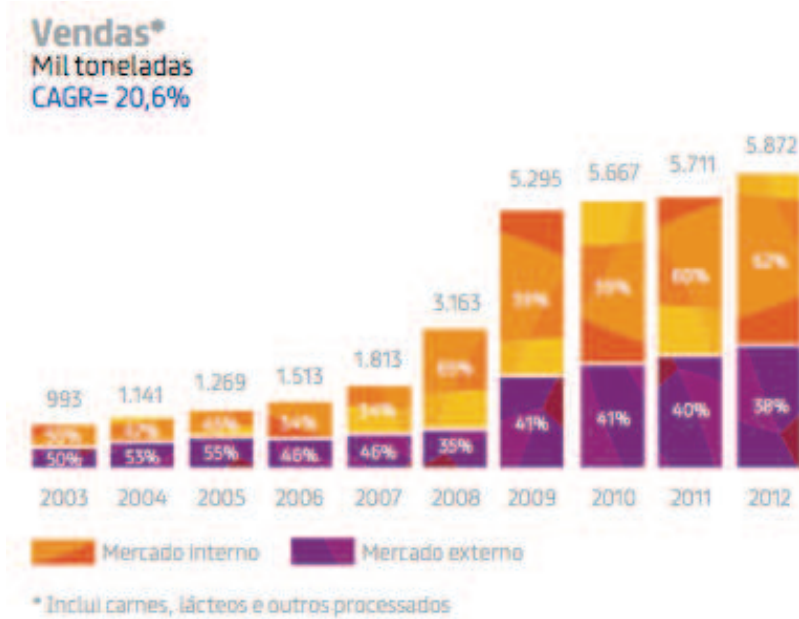


Figura 3 – Evolução das vendas ao longo dos anos

Fonte: Informações retiradas do relatório de sustentabilidade da BRF (ano de 2012), pág. 32



Figura 4 - Evolução do número de empregados ao longo dos anos

Fonte: Informação retirada do relatório de sustentabilidade da BRF (ano de 2012), pág. 7

É uma empresa de capital aberto há 32 anos, integrando, desde 2006, o Novo Mercado da

BMF&Bovespa, e desde 2004 a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (IES) da mesma, e desde 2013 faz parte da carteira de *Emerging Markets* do *Dow Jones Sustainability Index*. Isso mostra que a sustentabilidade é uma preocupação solidificada na cultura da BRF, assim como é mostrado em seu relatório anual de administração, em que é reforçada a ideia de que a sustentabilidade é um pilar estratégico da empresa.

Tendo a sustentabilidade como pilar da firma, a BRF conta com uma equipe interna de sustentabilidade, que atua, em conjunto com os outros departamentos e unidade, para gerir as atitudes e atividades do dia-a-dia da empresa, assim como os impactos negativos e positivos da empresa na sociedade. O relatório de sustentabilidade atualizado e disponível para o público é um reflexo desse tipo de política da empresa.

4.2. Copersucar

A Copersucar S.A. é uma empresa brasileira que atua no campo da fabricação e comercialização do açúcar e do etanol em mercado mundial. Iniciou suas operações em 2008, embora tenha sido por meio da consolidação de algumas usinas sócias brasileiras que já atuavam no mercado sucroalcooleiro desde 1953. As usinas foram se fundindo e adquirindo outras para, em 2008, surgir a Copersucar, como uma sociedade anônima de capital fechado composta por 47 Unidades Produtoras Sócias, localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás.

É líder na comercialização mundial de açúcar e etanol integrada à produção e a maior exportadora brasileira desses produtos³. Parte desse êxito seu deu por conta de seu modelo de negócio diferenciado no setor, que é elaborado com o intuito de gerir toda a cadeia de produção, desde o acompanhamento da safra no campo até o consumidor final.

A Copersucar comercializou quase 8 milhões de toneladas de açúcar na safra de 2011/2012. A empresa mantém constantes esforços para intensificar sua participação global como, por exemplo, aprimorar sua gestão logística e transformá-la em vantagem de mercado ou, ampliar suas

³ Informações adquiridas no site da Companhia, vide bibliografia.

unidades de atuação, como foi o caso da aquisição do controle da Eco-Energy, uma das principais tradings de biocombustíveis do Estados Unidos, em 2012.

O fato da Copersucar atender cerca de 12% da demanda mundial de etanol reforça o fato desta desenvolver um trabalho voltado também para a expansão global. A diferença entre os níveis interno e externo de comercialização de açúcar e etanol da companhia são mostrados na Figura 5 abaixo.

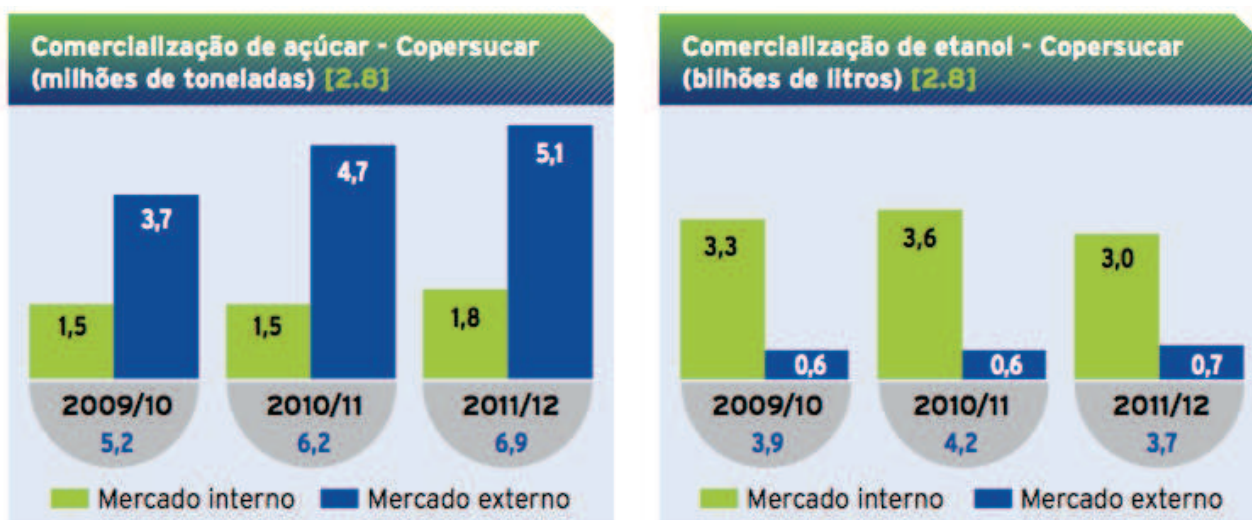


Figura 5 - Comercialização interna e externa de etano e açúcar da Copersucar

Fonte: Relatórios de Gestão e Sustentabilidade Cooperucar. Safras 2010/2011 e 2011/2012 – pág. 31

Buscando a adoção de práticas sustentáveis em suas atividades, a Copersucar formou, em 2011, um Comitê de Sustentabilidade, para ser um órgão auxiliar da administração. Essa atitude leva a Copersucar a ser uma companhia reconhecida por apresentar esforços da área de preservação ambiental e gestão ambiental empresarial.

4.3. JBS

A JBS é uma empresa brasileira atuante nos segmentos de alimentos e derivados, processando carnes de todos os tipos, e couro, além de comercializar materiais de higiene e limpeza, biodiesel, embalagens metálicas e colágeno. Com um portfólio bem diversificado, o grupo controla

marcas como Swift, Friboi e Bertin, e atualmente é classificada como a maior produtora de carne bovina do mundo, e a maior processadora de couro do mundo⁴.

Surgiu em 1953, no interior de Goiás, como uma comercializadora de carnes. Com a construção de Brasília, o grupo expandiu-se rapidamente por conta do aumento da demanda e aquecimento econômico levando, em 2005, à internacionalização da companhia. Atualmente seus negócios são divididos em três unidades: JBS Mercosul, JBS Foods e JBS USA, tanto para comercialização, quanto para produção. No total, a companhia possui 135 mil funcionários, sendo que a maioria empregada na divisão norte americana, como mostra a Figura 6 abaixo.

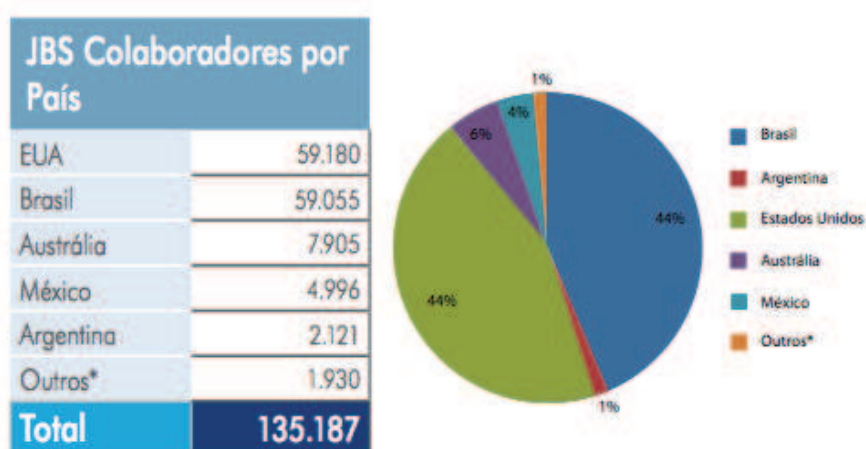


Figura 6 - Funcionários da JBS por país

Gráfico retirado do relatório de sustentabilidade da JBS, ano de 2012 – pág. 14

A internacionalização da empresa veio por meio da aquisição de 5 plantas de produção na Argentina, entre os anos de 2001 e 2006. Após isso, a JBS passou a incorporar várias outros frigoríficos internacionais, expandindo sua atuação para mais de 150 países para os quais exporta, instalando plantas e escritórios nos 5 continentes e estabelecendo suas operações industriais no Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, México, Estados Unidos, Itália, Austrália e China.

A JBS foi a primeira empresa no setor frigorífico a abrir seu capital na bolsa de valores no Brasil, no ano de 2007. Atualmente, suas ações são comercializadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e no mercado de Balcão dos Estados Unidos. Além disso, participa de 9 índices,

⁴ Informação retirada do relatório de sustentabilidade da JBS, ano de 2012 – pág. 5

entre brasileiros o ICO_2 , ou Índice de Carbono Eficiente da BMF&Bovespa, como parte da política de redução de impactos ambientais da empresa.

Um exemplo da introdução dessa política nas atividades da empresa é o fato de, no ano de 2012 a empresa adicionou ao seu Sistema de Gestão, um Plano de Investimento Ambiental, com o intuito de apoiar financeiramente os projetos de redução no consumo de água, o tratamento de efluentes líquidos, a gestão e controle da emissão de gases do efeito estufa e adequação do armazenamento do descarte de resíduos sólidos. Nesse mesmo ano foi feito um investimento total de R\$25 milhões em proteção ambiental.

4.4. Quadro comparativo entre as empresas

O quadro expõe alguns dados básicos da empresa, para criar uma comparação entre elas em relação ao tempo de atuação no mercado (ano de fundação), número de empregados diretos, alcance internacional (por meio do número de países em que atua), e a receita líquida. Essas informações permitem a comparação entre as companhias nos quesitos tamanho, produção e amplitude das vendas.

Tabela 1: Quadro comparativo entre as empresas.

	BRF	Copersucar	JBS
Ano de fundação	2009	2008	1953
Nº de empregados diretos	113.560	517	135.000
Países em que atua	120	48	150
Receita (R\$ milhões)	28.500	11.475	75.696

Fonte: elaborado pelo autor. Dados do ano de 2012.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

Por tratar-se de um estudo exploratório, não se pretende chegar a alguma conclusão definitiva ou passível de generalizações sobre o setor, referente ao julgamento das empresas aqui estudadas, se estão ou não adotando práticas corretas. A ideia principal é uma análise comparativa entre as empresas e um possível material consultivo para *benchmarking* para outras empresas desse setor.

Pretende-se contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema de indicadores de sustentabilidade socioambientais, sobre as formas de utilização e aproveitamento destes por parte das empresas do setor de alimentos. O estudo poderá contribuir para definir parâmetros e padrões de elaboração de relatórios de sustentabilidade das empresas alimentícias e incentivar uma análise crítica sobre a relevância destes relatórios para as operações e para a competitividade destas empresas.

Além disso, pode-se avaliar que o presente trabalho traz contribuições para as organizações do setor em pauta, assim como para a sociedade. Ao utilizar um padrão mundial para a confecção dos relatórios de sustentabilidade, como é o GRI, as empresas tornam esses relatórios algo padronizado, e essa padronização facilita a leitura e compreensão dos relatórios, para as partes interessadas.

Por fim, a padronização dos relatórios de sustentabilidade também poderia auxiliar a imagem da empresa no cenário internacional. Como os relatórios seguiriam parâmetros internacionais, seria um benefício para a empresa que seguisse o modelo, pois esta estaria inserida na gama de empresas internacionalmente visíveis, por conta de sua transparência no fornecimento de informações. Essa transparência cria vantagem pois traz visibilidade para a empresa e, ao mesmo tempo, confiança para as partes interessadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da tabela com as notas, pode-se inferir algumas conclusões finais sobre a pesquisa. Baseando-se nas observações, nota-se que BRF obteve a maior nota, seguida pela Copersucar e por último, com grande diferença, a JBS. Esses resultados mostram que, dentre essas três empresas, a BRF é a empresa que têm seu relatório de sustentabilidade atendendo ao maior número de quesitos essenciais às empresas do setor de alimentos, segundo a GRI. Nenhuma das empresas obteve nota máxima (dez), ou seja, nenhuma delas atende à todos os aspectos da GRI para esse setor. Todas deixam de apresentar alguma informação aos interessados em seus relatórios, sendo que algumas

(como a Copersucar e JBS) apontam quais informações, exigidas pelo modelo GRI, não constam no relatório.

A BRF cumpriu aspectos nos três indicadores principais (desempenho econômico, ambiental e social), embora em alguns aspectos, como Transporte e Geral no indicador Desempenho Ambiental, e Não Discriminação em Desempenho Social – Trabalho, não apresentaram nenhuma informação. Contudo, foram pontos pouco relevantes perto da conformidade com o modelo GRI, do relatório no geral, refletido em sua nota alta. Ao analisar o relatório da empresa, foi observado uma preocupação da própria empresa em mostrar quais aspectos do modelo GRI (tanto os requisitos gerais quanto os específicos para empresas do setor de alimentos) estavam sendo cumpridos, pois junto com o título do aspecto abordado no relatório, era indicado o número do índice, como consta no documento oficial do modelo GRI, ou seja, a própria companhia almeja ter seus documentos atendendo à esse padrão internacional proposto.

A Copersucar teve uma nota alta também, e apresentou a maioria dos aspectos com pelo menos um item preenchido. Apenas o aspecto Bem Estar dos Animais, parte do Indicador de Desempenho Social apresentou nenhum item correspondente no relatório da empresa. Os outros aspectos tinham itens correspondentes ao padrão GRI.

Dentre as três empresas, o relatório da Copersucar era o maior. Além disso, ao longo do relatório, junto dos títulos dos itens indicados pela própria empresa, vinha a numeração correspondente ao aspecto, do mesmo modo em que aparece no manual do GRI. Embora não tenha seguido o modelo completamente, houve uma preocupação em padronizar o documento, ou pelo menos em remeter ao padrão da ONG. Essa atitude é reflexo de novas políticas de gestão de sustentabilidade que surgiram com mais força na empresa a partir do ano de 2012, e que são descritas no documento.

Por fim, a JBS foi a empresa que teve a menor nota. Muitos aspectos do Indicador de Desempenho Social, como Sociedade, Responsabilidade pelo Produto e Bem Estar dos Animais não apareceram no relatório da empresa. Os outros aspectos dos outros dois indicadores tinham

ocorrências no documento, mas apenas poucos deles seguiam o padrão GRI, o que resultou em uma nota consideravelmente menor para a JBS em comparação às outras empresas.

A JBS também indicava o número dos aspectos do modelo GRI que estavam sendo relacionados em seu relatório mas, como a própria empresa apontou ao final do documento, nem todos os aspectos foram abordados no relatório. Além disso, a JBS lançou dois relatórios referentes às práticas socioambientais no ano de 2012, um adicionado ao relatório gerencial do ano (que foi o utilizado para este trabalho, pois continha informações mais detalhadas com números, gráficos e os itens selecionados do modelo GRI), e outro relatório mais curto e visual, com figuras e frases destacadas, parecendo ter o intuito de transmitir as práticas e ações socioambientais da empresa para um público amador e com menor interesse nesse assunto, como se fosse um relatório voltado para a promoção.

Esse caso da JBS mostra que algumas empresas preocupam-se mais em emitir relatórios técnicos, que correspondam à normas estabelecidas por entidades de cunho científico, como é o caso do GRI, e que contenham informações específicas, quantitativas, e que possam ser analisadas por um público especializado, do que outra. A BRF e a Copersucar enquadram-se nesse tipo de empresa, que preza por relatórios mais técnicos, enquanto que a JBS emite relatórios mais voltados à promoção e marketing, com informações qualitativas, mais visuais, comunicativas e de fácil entendimento, que atinjam um público mais amplo.

O fato das empresas elaborarem seus relatórios de sustentabilidade seguindo, pelo menos parte, o modelo sugerido pelo GRI, traz vantagens tanto para as empresas quanto para as partes interessadas em avaliarem e acompanharem suas operações com detalhes. Para esses *stakeholders* os benefícios vem na facilidade que a padronização traz às pesquisas e buscas por informações e, para as empresas, traz visibilidade e inclusão no conjunto de empresas preocupadas com responsabilidade socioambiental.

7. ANEXOS

Tabela de comparação:

	BRFoods	8,7	Copersucar	7,0	JBS	2,5
Indicadores de desempenho econômico	Nota:	8,6	Nota:	8,6	Nota:	2,9
Aspecto: desempenho econômico		Página		Página		Página
EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído (receitas, remuneração de empregados, lucro acumulados, dividendos e outros)	X	35/37	X	30/32	X	30/60
EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido mudanças climáticas			X	48/79		
EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	x	50	X	100		
EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo - comentário adicional para descrever impacto do apoio governamental no setor	X	40	X	106/107		
Aspecto: presença no mercado						
EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	X	58	X	42		
EC 7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência na comunidade local em unidades operacionais importantes.	X	48				
Aspecto: impactos econômicos indiretos						
EC 8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.	X	65	X	104/106/107	X	60/61
Indicadores de desempenho ambiental	Nota:	8,6	Nota:	5,7	Nota:	3,3
Aspecto: materiais						
EN1 Materiais usados por peso e volume	X	72/73	X	91		
FP EN1 Comentário adicionado para especificar animais aquáticos provenientes de pesca e aquicultura e outras matérias-primas identificadas.						
EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	X	73	X	110		
Aspecto: energia						
EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.			X	81/83	X	48
EN4 Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	X	73/74	X	81/83	X	48
Aspecto: água						
EN 8 Total de retirada de água por fonte.	X	75	X	89/90	X	50/51
Aspecto: biodiversidade						
EN11 Localização e tamanho de terras ou corpos d'água possuídos, arrendados ou administrados dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	X	77/78				
EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	X	77	X	85/88		
Aspecto: emissões, efluentes e resíduos						
EN16 Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.	X	70				
EN17 Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	X	71				
EN18 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	X	71	X	80		
EN19 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	X	71				
EN20 Descarte total de água, por qualidade e destinação.	X	76/77				
EN21 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	X	76/77	X	90/91	X	51
EN22 Número e volume total de derramamentos significativos.	X	77	X	110-112	X	52
Aspecto: produtos e serviços						
EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	X	72/76			X	48/52
EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	X	61				
Aspecto: conformidade						
EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	X	77	X	85		
Aspecto: transporte						
EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.			X	36/37		
Aspecto: geral						
EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.			X	112/113	X	46
Indicadores de desempenho social	Nota:	8,9	Nota:	6,7	Nota:	1,2

Práticas trabalhistas e trabalho decente	Nota:	9	Nota:	9	Nota:	4
Aspecto: emprego						
LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	X	48	X	96/98	X	56
LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	X	48	X	96/97	X	56
Aspecto: relações trabalhistas						
LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.			X	96/98		
LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	X	Pág. 50	X	96		
FP3 Percentual de horas de trabalho perdidas devido a disputas trabalhistas, greves e/ou FP greves patronais, discriminado por país.	X	Pág. 50				
Aspecto: saúde e segurança no trabalho						
LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	X	Pág. 51	X	73		
LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	X	Pág. 50	X	74		
Aspecto: treinamento e educação						
LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	X	Pág. 53	X	102/103	X	58
Aspecto: diversidade e igualdade de oportunidades						
LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	X	Pág. 49	X	98/99	X	56
LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcio	X	Pág. 49	X	98		
Direitos humanos	Nota:	8,3	Nota:	10	Nota:	3,3
Aspecto: prática de investimentos e de processos de compras						
HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	X	Pág. 40	X	93		
HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	X	Pág. 57	X	94/95		
Aspecto: não discriminação						
HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.			X	92		
Aspecto: liberdade de associação e negociação coletiva						
HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	X	Pág. 56	X	92/95		
Aspecto: trabalho infantil						
HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	X	Pág. 56	X	92-95	X	42/54
Aspecto: trabalho forçado ou análogo ao escravo						
HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	X	Pág. 56	X	92-95	X	42/54
Sociedade	Nota:	8,6	Nota:	8,6	Nota:	0
Aspecto: comunidade						
SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	X	Pág. 63/65	X	109		
FP4 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas (contribuições em espécie, iniciativas voluntárias, transferência de conhecimento, parcerias e desenvolvimento de produtos) que promovam acesso a estilos de vida saudáveis; prevenção de doenças crônicas; acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e com preço acessível e melhoria do bem-estar de comunidades carentes.	X	Pág. 60				
Aspecto: corrupção						
SO2 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	X	Pág. 23	X	34/48		
SO3 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	X	Pág. 23	X	51		

SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção. Aspecto: políticas públicas	X	Pág. 23	X	49	
SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies. Aspecto: conformidade	X	Pág. 61	X	52	
SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.			X	34	
Responsabilidade pelo produto	Nota:	8,6	Nota:	5,7	Nota:
Aspecto: saúde e segurança do cliente					0
PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	X	Pág. 59	X	66/68	
PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.			X	67	
FP5 Percentual do volume de produção fabricado em unidades operacionais certificadas por organização independente em conformidade com normas internacionalmente reconhecidas de sistemas de gestão de segurança de alimentos	X	Pág. 60/62			
FP6 Percentual do volume total de vendas de produtos ao consumidor, discriminado por categoria de produto, que contém baixo teor de gordura saturada e trans, sódios e açúcares adicionados Aspecto: rotulagem de produtos e serviços	X	Pág. 59/62			
PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências	X	Pág. 61	X	68	
FP8 Políticas e práticas para comunicação aos consumidores sobre ingredientes e informações nutricionais além das exigências legais. Aspecto: comunicações de marketing	X	Pág. 61/62			
PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	X	Pág. 62	X	35	
Bem estar dos animais	Nota:	10	Nota:	0	Nota:
Aspecto: criação e genética de animais					0
FP9 Percentual e total de animais criados e/ou processados, por espécie e tipo de criação	X	Pág. 31			
Aspecto: pecuária					
FP10 Políticas e práticas, por espécie e tipo de criação, relacionadas a alterações físicas e uso de anestésicos	X	Pág. 63			
FP11 Percentual e total de animais criados e/ou processados, por espécie e tipo de criação, por tipo de criação	X	Pág. 63			
FP12 Políticas e práticas para antibióticos, anti- inflamatórios, hormônios e/ou tratamentos com promotores de crescimento, por espécie e tipo de criação	X	Pág. 62			
Aspecto: transporte, manuseio e abate de animais					
FP13 Número total de incidentes de não conformidade com leis e regulamentos e adesão a normas voluntárias relacionadas a práticas de transporte, manuseio e abate de animais vivos terrestres e aquáticos	X	Pág. 62			

Figura 7 - Desenvolvida pelo autor (2014)

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIA - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação. Portal Corporativo. Disponível em: <http://www.abia.org.br>. Acesso em 02/04/2013.

BALDO, W. S. Bancos e a responsabilidade socioambiental: as práticas publicadas pelas cinco maiores organizações do setor no Brasil. Centro Universitário da FEI. São Paulo, 2013.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRF Relatório Anual 2012. Disponível em:

http://www.brazilfoods.com/ri/siteri/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32299
Último acesso em 28/07/2014.

CALIXTO, L. Relatórios de Sustentabilidade na América Latina: Um Estudo Longitudinal. XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Anais.... ANPAD, 35. Rio de Janeiro: Set. 2012.

CAMARGOS, Mariana Rocha. Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do relatório de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no Brasil. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. UNICAMP: Campinas, 2012.

CARROLL, A.B. A history of corporate social responsibility: concepts and practices. In: Crane, A., McWilliams, A., Matten, D., Moon, J. and Siegel, D. (eds), *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Oxford: 2008. Oxford University Press, pp. 19–46.

CARROLL, A.B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARROLL, Archie B.; SHABANA, Kareem M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews*. Mar, 2010, Vol. 12 Issue 1, p85-105.

COOPERSUCAR S.A. – Relatório de Gestão e Sustentabilidade, safras 2010/2011 e 2011/2012. Disponível em: http://www.copersucar.com.br/sustentabilidade_relatorio.html Último acesso em 27/07/2014.

FREEMAN, R.E. *Strategic management: a Stakeholder approach*. London: Pitman Publishing Inc., 1984

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, n. 53, p. 51-71, 2004.

GRI - THE GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade. 2011. Disponível em <www.globalreporting.org>. Último acesso em: 10/07/2014.

HOPKINS, M. *Corporate social responsibility and international development: is business the solution?* London: Earthscan, 2007

ÍNDICE DE CARBONO EFICIENTE (ICO2) BMF&BOVESPA. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ICO2&idioma=pt-br>. Acesso em 01/04/2014.

INSTITUTO ETHOS – Relatório de sustentabilidade GRI. Disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_uniethos/o_que_fazemos/cursos/relatorio_gri/relatorio_de_sustentabilidade_-_gri.aspx. Acesso em 10/04/2013.

JBS – Relatório anual e de sustentabilidade 2012. Disponível em: <http://relatorioanual.jbs.com.br/port/index.htm> Último acesso em 28/07/2014.

MEJRI, Mohamed; WOLF, Daniel De. Analysis of Retailers' Communication Approaches in Sustainability and Social Responsibility Reports. *International Journal of Marketing Studies*. Vol. 4 Issue 2, Apr. 2012, p30-44.

OBJETIVOS DO MILÊNIO. Disponível em <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf> . Acesso em 10/04/2013.

ONU - Organização das Nações Unidas. Portal Corporativo. ONU BR Nações Unidas no Brasil. Disponível em <http://www.onu.org.br/>. Acesso em 01/04/2013.

PLANETA SUSTENTÁVEL: GRI lança diretrizes para produção de alimentos. 2011. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/bunge/gri-lanca-diretrizes-relatorios-setor-alimentos-647053.shtml>. Acess em 09/04/2013.

SECCHI, D. Utilitarian, managerial and relational theories of corporate social responsibility. *International Journal of Management Reviews*, v. 9, n. 4, p. 347-373, 2007.

SILVA, R. O. Relacionamento inter setorial – competências para o desenvolvimento de parcerias em cadeias de suprimento humanitárias. Fundação Getúlio Vargas, 2012.

VISSER, W.; TOLHURST, N. *The world guide to CSR: a country-by-country analysis of corporate sustainability and responsibility*. Sheffield: Greenleaf Publishing Limited, 2010.

WOOD, D.J. Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.